



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e  
Ciência Jurídica 2020/2021

Unidade curricular

**Direito Fundamentais I/II**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

**Prof. Doutora Maria Luísa Duarte/ Prof. Doutora Ana Rita Gil** – 2 horas / semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A disciplina Direitos Fundamentais I/II visa, como objectivo principal, despertar nos alunos o gosto e as condições científicas de uma reflexão autónoma, informada e crítica sobre as problemáticas da protecção dos Direitos Fundamentais e da relevância do princípio do Estado de Direito na União Europeia como parâmetro de definição e de garantia efectiva de um regime jurídico de direitos fundamentais

Conteúdos programáticos

Tema: **União Europeia, Direitos Fundamentais e Estado de Direito**

Conteúdos programáticos

1. União Europeia - génese
2. A dimensão da integração política: do Tratado de Maastricht ao Tratado de Lisboa
3. O estatuto de cidadão da União: direitos e alicerce da integração política
4. Os direitos dos cidadãos nacionais de países terceiros
5. O bloco de fundamentalidade da União Europeia
6. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia em especial
7. Direitos fundamentais e restrições às liberdades em regime de excepção
8. Instrumentos específicos de tutela dos direitos fundamentais na União Europeia
  - 8.1. Instrumentos específicos de tutela jurisdicional
  - 8.2. Instrumentos específicos de tutela não jurisdicional
9. Pressupostos e limites de funcionamento do “triângulo judicial europeu” na protecção dos direitos fundamentais:
  - 9.1. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a doutrina *Bosphorus*
  - 9.3. Tribunais constitucionais dos Estados-membros e os termos incertos do diálogo com o Tribunal de Justiça da UE sobre o nível de protecção dos direitos fundamentais
10. União Europeia como “União de Direito” e a crise do projecto europeu de integração – em particular, as violações aos princípios basilares do Estado de Direito
11. A defesa do Estado de Direito na jurisprudência do Tribunal de Justiça
12. Procedimentos não judiciais por violações aos princípios basilares do Estado de Direito- em especial, o mecanismo das sanções políticas

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Preparar os alunos para o exigente trabalho de investigação e construção dogmática em torno da natureza e evolução do atípico sistema europeu de protecção dos Direitos Fundamentais e da relevância do respeito pelo princípio do Estado de Direito na União Europeia.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas em regime de seminário seguem um formato dividido em três períodos:

1. Apresentação pelas regentes dos Aspectos Introdutórios do Programa



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

2. Elaboração pelos alunos de pequenos textos sobre temas e leituras propostos pelas Regentes
3. Exposição oral pelos alunos sobre um tema previamente definido (duração: 30 m), seguida de debate e apreciação crítica, que servirá de base ao relatório escrito.

A avaliação final de cada aluno considera os elementos relativos à participação nas aulas, apresentação oral e relatório escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino seguida na FDUL, concretizada nesta unidade curricular pelo regime de seminário, com a participação activa por parte dos Alunos, visa promover e alcançar o desenvolvimento de competências necessárias à elaboração do relatório de doutoramento e posterior realização da dissertação de doutoramento.

#### Bibliografia principal

- AA.V., *Direitos Humanos e Estado de Direito – protecção no quadro internacional e europeu*, Maria Luísa Duarte, Ana Rita Gil, Tiago Fidalgo de Freitas, AAFDL ( data previsível de publicação: primeiro trimestre de 2022)
- BOGDANDY, A. von / IOANNIDIS, M., “Systemic Deficiency in the Rule of Law: What It Is, What Has Been Done, What Can Be Done”, *Common Market Law Review*, 51, 2014, pp. 59-96
- CRAIG, Paul/BÚRCA, Gráinne (ed.), *The Evolution of EU Law*, 3edition, Oxford University Press, 2021
- CLOSA, Carlos / KOCHENOV Dimitry / WEILER J.H.H., *Reinforcing Rule of Law Oversight in the European Union*, European University Institute, 2014 (online)
- DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.
- DUARTE, Maria Luísa – *Direito da União Europeia*, AAFDL Editora, 2021.
- DUARTE, Maria Luísa – *Direito do Contencioso da União Europeia*, Lisboa, AAFDL, 201
- DUARTE, Maria Luísa – “Sobre o caso Gauweiler: estará o Tribunal de Justiça pronto a fazer o que for necessário para preservar o primado do Direito da União Europeia?”, *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Rui Moura Ramos*, Coimbra, vol. I, 2016, p. 749.
- ECEIZABARRENA, J. I. Ugartemendia / ARNAIZ, A. S. (coords.) – *El futuro jurisdiccional de Europa*, Europa Inlinks, n.º 19, 2019.
- FABRINI, F. – *Fundamental rights in Europe. Challenges and transformations in comparative perspective*, Oxford Univ. Press, 2014.
- FONSECA, Rui G., e outro – “A doutrina Bosphorus e a tendência para a ampliação da jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem – algumas notas”, in *Estudos em homenagem ao Conselheiro Slousa Ribeiro*, II, Almedina, 2019, p. 573-594.
- GIL, Ana Rita – *Imigração e Direitos Humanos*, Petrony, 2021
- GIL, Ana Rita – *Estudos de Direito da Imigração e do Asilo*, Petrony, 2021 (no prelo)
- GIL, Ana Rita – “Derogation Clauses of International Human Rights Instruments: protecting rights at the maximum possible extent in times of crisis”, *Católica Law Review*, vol. v, n.º1, jan. 2021, 11-42
- HEUSEL, Wolfgang / RAGEADE, Jean-Philippe (Eds.), *The authority of EU law: do we still believe in it?*, Springer, 2019
- HORSLEY, Thomas - *The Court of Justice of the European Union as an institutional actor: judicial lawmaking and its limits*, Cambridge Univ. Press, 2018.
- PAIS, Sofia de Oliveira – *EU Citizenship – Challenges and opportunities*, Porto, UCP, 2015.
- RENUCCI, J. F. – *Droit européen des droits de l’homme*, 7.ª ed., Paris, LGCJ, 2017.
- SCHUTTER, Olivier de – *International Human Rights Law*, 2.ª ed., Cambridge Univ. Press, 2014.